EDITAL Nº 100/2019
Referente ao Aviso Nº 149/2019, publicado no DOE de 26/10/2019.

O REITOR DA UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA (UNEB), no uso de suas atribuições legais e regimentais e, em conformidade com as Leis Estaduais nº 8.352/2002 e nº 6.677/1994, em seus Artigos 252 e 253, inciso IV, Decreto Estadual nº 15.805/2014 e nos termos da Resolução do Conselho Universitário nº 969/2013, publicada no Diário Oficial do Estado (DOE) de 24/04/2013, em conformidade com as Resoluções COPE/SAEB nº 207/2019, nº 211/2019 e nº 304/2009, constantes dos processos de autorização de nº 074.7128.2018.0011448-26, nº 074.7128.2018.0011445-83 e nº 074.7127.2018.0008351-19, respectivamente torna pública a abertura de inscrições para seleção de **Professor Substituto**, com vistas à contratação sob Regime Especial de Direito Administrativo - REDA, consoante às normas contidas neste Edital.

1. DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

1.1 A Seleção Pública será regida por este Edital, promovida pela Universidade do Estado da Bahia, acompanhada e supervisionada pela Pró-Reitoria de Gestão e Desenvolvimento de Pessoas (PGDP) da Instituição e executada pelo **Departamento de Ciências Exatas e da Terra, Campus I, Salvador/BA**.

1.2 O prazo de validade da Seleção Pública será de 02 (dois) anos, contados da data da Homologação dos Resultados Finais, podendo antes de esgotado esse prazo, ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da administração, por ato expresso do Reitor da Universidade do Estado da Bahia (UNEB).

1.3 A Seleção Pública será constituída das seguintes etapas:

- 1ª Etapa: Entrevista;
- 2ª Etapa: Aula Pública;
- 3ª Etapa: Prova de Títulos;

1.4 O **Cronograma** completo da Seleção Pública consta no **Anexo I** deste Edital.

1.5 A Seleção Pública visa à contratação pelo prazo determinado no item 2.1 deste Edital, com possibilidade de renovação, de acordo com as necessidades do Departamento devidamente justificadas nos termos das Leis Estaduais nº 6.677/1994 e nº 8.352/2002 e do Decreto Estadual nº 8.112/2002.

2. DAS VAGAS

2.1 As vagas ofertadas nesta Seleção Pública serão distribuídas por Departamento/Município de lotação/Área/Componente(s) Curricular(es), conforme quantitativo indicado na tabela seguinte:

- **FUNÇÃO TEMPORÁRIA:** Professor Substituto.
- **DEPARTAMENTO/MUNICÍPIO DE LOTAÇÃO:** Departamento de Ciências Exatas e da Terra, *Campus I*, Salvador/BA.

ÁREA DE CONHECIMENTO	COMPONENTE(S) CURRICULAR(ES)	FORMAÇÃO EXIGIDA: GRADUAÇÃO E PÓS-GRADUAÇÃO	VAGAS AMPLA CONCORRÊNCIA	VAGAS RESERVADAS PARA PESSOAS COM DEFICIÊNCIA*	VAGAS RESERVADAS PARA NEGROS**	TOTAL DE VAGAS***	PERÍODO DE CONTRATAÇÃO
Banco de Dados e Programação Web	- Banco de Dados I; - Banco de Dados II; - Tópicos Especiais em Banco de Dados; - Laboratório de Desenvolvimento	- Graduação em Computação (ou áreas afins); - Mestrado em Computação (ou áreas afins) ou em Educação.	1	0	0	1	24 (vinte e quatro) meses a partir da data de assunção das atividades.

	Web; - Linguagem de Programação.						
Programação	- Tópicos Especiais em Linguagem de Programação; - Concepção e Desenvolvimento de Aplicativos Móveis; - Engenharia de Programas; - Projeto Avançado de Sistemas.	- Graduação em Computação (ou áreas afins); - Mestrado em Computação (ou áreas afins) ou em Educação.	1	0	0	1	Até 16/06/2020, partir da data de assunção das atividades.
Química	- Química Inorgânica	- Licenciatura em Química; - Mestrado na área de Química.	1	0	0	1	24 (vinte e quatro) meses a partir da data de assunção das atividades.
Química	- Química Analítica	- Licenciatura em Química; - Mestrado na área de Química.	2	0	0	2	24 (vinte e quatro) meses a partir da data de assunção das atividades.

(*) Reserva de vagas específicas para pessoas com deficiência em atendimento a Lei Estadual nº de 26/09/1994, a Lei Estadual nº 12.209 de 20/04/2011 e ao Decreto federal nº 3.298 de 20/12/1999 e alterações posteriores.

(**) Reserva de vagas para população negra em atendimento a Lei Estadual nº 13.182 de 06/06/2014 e ao Decreto Estadual nº 15.353 de 08/08/2014.

(***) Total de vagas incluindo as reservadas para candidatos com deficiência e a reserva de vagas para negros.

3. ESPECIFICAÇÕES DA FUNÇÃO TEMPORÁRIA:

3.1. REMUNERAÇÃO: Para a função temporária de **Professor Substituto** a remuneração inicial é constituída pelo vencimento básico no valor de R\$ 3.455,08 (três mil, quatrocentos e cinquenta e cinco reais e oito centavos), o qual corresponde ao valor pago à classe de Professor Auxiliar, nível A, quando submetido ao regime de trabalho de 40 (quarenta) horas semanais.

3.1.1 O Professor Substituto poderá solicitar, por meio de requerimento específico, após geração da matrícula, o pagamento de Incentivo Funcional correspondente à titulação de Mestrado, no percentual de 40% (quarenta por cento) sobre o vencimento básico ou de Doutorado, no percentual de 60% (sessenta por cento), em conformidade com o Art. 29 da Lei Estadual nº 8.352/2002.

3.1.2 Poderá haver na remuneração o acréscimo, por dia útil trabalhado, de auxílio alimentação e de auxílio transporte, caso requerido pelo Professor Substituto durante o procedimento admissional.

3.1.3 Será oferecida, de forma facultativa, a assistência médica do Estado, mediante contribuição mensal, conforme a faixa de renda salarial.

3.2 CARGA HORÁRIA: 40 (quarenta) horas semanais, em conformidade com as Leis Estaduais nº 6.677/1994 e nº 8.352/2002.

3.2.1 A distribuição da carga horária poderá ocorrer nos turnos diurno ou noturno, de acordo com as especificidades da função temporária e as necessidades da Universidade do Estado da Bahia (UNEB).

4. DOS REQUISITOS PARA CONTRATAÇÃO NA FUNÇÃO TEMPORÁRIA

4.1 O candidato aprovado na Seleção Pública de que trata este Edital, será contratado se atender as seguintes exigências, no ato da contratação:

- ter nacionalidade brasileira ou portuguesa e, no caso de nacionalidade portuguesa, estar amparado pelo estatuto de igualdade entre brasileiros e portugueses, com reconhecimento do gozo dos direitos políticos, nos termos do § 1º do artigo 12 da Constituição Federal;
- ter idade mínima de 18 (dezoito) anos;
- estar em pleno gozo e exercício dos direitos políticos;
- estar em dia com as obrigações eleitorais;
- estar em dia com os deveres do Serviço Militar (para os candidatos do sexo masculino);

- f) ter aptidão física e mental para o exercício das atribuições das funções;
- g) possuir idoneidade moral, comprovada pela inexistência de antecedentes criminais, atestados por certidões negativas expedidas por órgãos policiais e judiciais, estaduais e federais;
- h) não ter perdido cargo eletivo o governador e o vice-governador do Estado e o prefeito e o vice-prefeito, por infringência ao dispositivo da Constituição Estadual ou da Lei Orgânica do Município, nos últimos 08 (oito) anos;
- i) não ter contra si representação julgada procedente pela justiça eleitoral em decisão transitada em julgado, em processo de apuração de abuso de poder econômico ou político nos últimos 08 (oito) anos;
- j) não ter contra si decisão condenatória transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado, desde a condenação até o transcurso do prazo de 08 (oito) anos após o cumprimento da pena pelos crimes:
- contra a economia popular, a fé pública, a administração pública e o patrimônio público;
 - contra o patrimônio privado, o sistema financeiro, o mercado de capitais e os previstos na lei que regula a falência;
 - contra o meio ambiente e a saúde pública;
 - eleitorais, para os quais a lei comine pena privativa de liberdade;
 - de abuso de autoridade, nos casos em que houver condenação a perda do cargo ou a inabilitação para o exercício da função pública;
 - de lavagem ou ocultação de bens, direitos e valores;
 - de tráfico de entorpecentes e drogas afins, racismo, tortura, terrorismo e hediondos;
 - de redução à condição análoga a de escravo;
 - contra a vida e a dignidade sexual; e
 - praticados por organização criminosa, quadrilha ou bando.
- k) não ter contra si decretação da suspensão dos direitos políticos, em decisão transitada em julgado ou por órgão judicial colegiado, por ato doloso e de improbidade administrativa que importe lesão ao patrimônio público e enriquecimento ilícito, desde a condenação ou o trânsito em julgado até o transcurso do prazo de 08 (oito) anos após o cumprimento da pena;
- l) não ter sido excluído do exercício da profissão, por decisão sancionatória do órgão profissional competente, em decorrência de infração ético-profissional, pelo prazo de 08 (oito) anos, salvo se o ato houver sido anulado ou suspenso pelo Poder Judiciário;
- m) não ter sido demitido do serviço público em decorrência de processo administrativo disciplinar ou judicial, pelo prazo de 08 (oito) anos, contados da decisão, salvo se o ato houver sido suspenso ou anulado pelo Poder Judiciário;
- n) no caso de Magistrado e de membro do Ministério Público, que não tenha sido aposentado compulsoriamente por decisão sancionatória, que não tenha perdido o cargo por sentença ou que não tenha pedido exoneração ou aposentadoria voluntária na pendência de processo administrativo disciplinar, pelo prazo de 08 (oito) anos;
- o) apresentar os documentos comprobatórios da escolaridade e pré-requisitos constantes no Capítulo 3 deste Edital;
- p) não acumular cargos, empregos e/ou funções públicas, exceto nos casos previstos na Constituição Federal e legislação vigente e observadas as disposições da Portaria Conjunta SAEB/PGE nº 006/2016, sendo assegurada a hipótese de opção dentro do prazo estabelecido para assunção das atividades, previsto na Portaria de Convocação.
- q) não receber proventos de aposentadoria que caracterizem acumulação ilícita de cargos, empregos e/ou funções públicas na forma do Art. 37, inciso XVI, da Constituição Federal.
- r) cumprir as determinações deste Edital.

4.2 A não apresentação dos documentos comprobatórios dos requisitos exigidos incorrerá na perda do direito à contratação na função temporária de que trata este Edital.

5. DAS INSCRIÇÕES

5.1 A inscrição do candidato implicará o conhecimento e a tácita aceitação das normas e condições estabelecidas neste Edital, em relação às quais não poderá alegar desconhecimento.

5.2 As inscrições ficarão abertas, exclusivamente via Internet, no período das **00h01min** do dia **04/11/2019** às **23h59min** do dia **14/11/2019** (horário da Brasília), de acordo com o item 5.3 deste Capítulo.

5.3 Para inscrever-se, via Internet, o candidato deverá acessar o endereço eletrônico **www.selecao.uneb.br/professorsubstituto2019** e efetuar sua inscrição, conforme os procedimentos estabelecidos a seguir:

5.3.1 Ler as instruções e preencher eletronicamente a **Ficha de Inscrição Obrigatória** correspondente à função temporária para a qual pretende se inscrever, de forma completa e correta.

5.3.2 Ao inscrever-se o candidato deverá optar pela **Ficha de Inscrição Obrigatória** correspondente ao Código de Inscrição do Departamento/Município de lotação/Área/Componente(s) Curricular(es) para o(s) qual(is) pretende concorrer.

5.3.3 Efetuar o pagamento da importância referente à inscrição, a título de ressarcimento de despesas relacionadas à realização da Seleção Pública, de acordo com as instruções constantes no endereço eletrônico: **www.selecao.uneb.br/professorsubstituto2019**, até a data de vencimento do boleto bancário.

5.3.4 A inscrição somente será confirmada se o candidato preencher de forma completa e correta e assinalar todos os campos eletrônicos.

5.3.5 Somente serão processadas as inscrições preenchidas eletronicamente e de forma correta.

5.3.6 É dever do candidato manter sob sua guarda o aviso eletrônico gerado ao término da sua inscrição.

5.4 A Universidade do Estado da Bahia (UNEB) não se responsabilizará por solicitações de Inscrição ou de isenção via Internet não recebidas por motivo de ordem técnica dos computadores, falha de comunicação, congestionamento de linhas de comunicação, falta de energia elétrica, bem como outros fatores que impossibilitem a transferência de dados.

5.5 A comprovação da data e horário da inscrição dar-se-á mediante aferição da data e horário dos dados gerados e gravados quando da conclusão da inscrição feita pelo candidato.

5.6 As informações prestadas na **Ficha de Inscrição Obrigatória** serão de inteira responsabilidade do candidato, que estará sujeito às penalidades da lei, em caso de irregularidade ou ilegalidade, reservando-se a Universidade do Estado da Bahia (UNEB) o direito de excluir da Seleção Pública aquele que não preencher esse documento eletrônico e oficial de forma completa, correta, sem erros de digitação e/ou fornecer dados inverídicos ou falsos.

5.7 A taxa de inscrição será de **R\$ 200,00 (duzentos reais)**, devendo ser paga até a data de vencimento através de boleto bancário impresso logo após a efetuação do pedido de inscrição via internet, sob pena de invalidação do pedido de inscrição, caso não cumprido o prazo mencionado.

5.8 Antes de efetuar a inscrição o candidato deverá certificar-se de que preenche todos os requisitos exigidos para contratação para a função temporária para a qual pretende concorrer, pois o valor da taxa de inscrição somente será devolvido se a Seleção Pública for cancelada, e não será permitida a transferência do valor pago, para inscrição em outros Departamentos/Municípios de lotação/Áreas/Componentes Curriculares, em outras Seleções Públicas, ou para terceiros.

5.9 As inscrições efetuadas somente serão confirmadas após a confirmação bancária dos respectivos recolhimentos.

5.10 No ato da inscrição, o candidato deverá, obrigatoriamente, fazer opção pelo respectivo Departamento/Município de lotação/Área/Componente(s) Curricular(es). Não serão aceitos quaisquer pedidos de alteração de Departamento/Município de lotação/Área/Componente(s) Curricular(es) para o(s) qual(is) o candidato se inscreveu;

5.11 Antes de confirmar sua inscrição, o candidato deverá conferir cuidadosamente os dados nela registrados.

5.12 Caso seja necessário, durante todo o período de inscrição haverá a possibilidade de o candidato gerar uma segunda via do boleto bancário através do endereço eletrônico **www.selecao.uneb.br/professorsubstituto2019**.

5.13 Havendo duas ou mais inscrições pagas e confirmadas do mesmo candidato ao mesmo Departamento/Município de lotação/Área/Componente(s) Curricular(es), será considerada, para fins de certame, a última inscrição efetivamente concluída, ficando ciente o candidato que, em caso de duplicidade de pagamento de inscrições, o valor excedente não será devolvido.

5.14 Não serão aceitas inscrições por depósito em caixa eletrônico, via postal, fac-símile (fax), transferência ou depósito em conta corrente, DOC, TED, ordem de pagamento, condicionais e/ou extemporâneas ou por qualquer outra via que não as especificadas neste Edital.

5.15 O candidato com deficiência ou não, que necessitar de condições especiais para realização das etapas da Seleção Pública elencadas no item 1.3 deste Edital deverá solicitá-las, por meio do preenchimento do **Requerimento de Condições Especiais**, no mesmo endereço eletrônico utilizado para a realização das inscrições, no período das **00h01min** do dia **04/11/2019** às **23h59min** do dia **14/11/2019** (horário da Brasília).

5.16 A candidata que tiver necessidade de amamentar, durante a realização da 1ª e 2ª etapas da Seleção Pública elencadas no item 1.3 deste Edital, além de solicitar condição especial para tal fim, deverá levar um acompanhante adulto que ficará em sala reservada e que será responsável pela guarda da criança. A candidata que não levar acompanhante não realizará as etapas e a Universidade do Estado da Bahia (UNEB) não disponibilizará acompanhante para guarda da criança.

5.17 Não haverá compensação do tempo de amamentação no tempo de duração de realização da 1ª e 2ª etapas da Seleção Pública elencadas no item 1.3 deste Edital.

5.18 A candidata que tiver necessidade de amamentar, durante a realização da 1ª e 2ª etapas da Seleção Pública elencadas no item 1.3 deste Edital, além de solicitar condição especial para tal fim, deverá, durante o período de inscrição, entregar cópia da Certidão de Nascimento da Criança:

a) pessoalmente ou por seu representante legal, constituído através de procuração simples, com firma reconhecida, contendo na parte externa do envelope o número de inscrição, nome e função temporária, no **Departamento de Ciências Exatas e da Terra, Campus I, da Universidade do Estado da Bahia (UNEB)**, no horário das **08h00min** às **11h00min** e das **14h00min** às **17h00min** (exceto sábados, domingos e feriados), dentro do prazo estabelecido no item 5.18; ou

b) via Sedex, postado nas Agências dos Correios, com custo por conta do candidato, endereçado ao **Departamento de Ciências Exatas e da Terra, Campus I, da Universidade do Estado da Bahia (UNEB)**.

5.18.1. Para a validade do Documento enviado via Correios, a data da postagem deverá obedecer ao prazo estabelecido no item 5.18.

5.19 Caso a criança não disponha ainda da Certidão de Nascimento, esta poderá ser substituída por documento emitido pelo médico obstetra que ateste a data de nascimento da criança.

5.20 A Universidade do Estado da Bahia (UNEB), em atendimento ao Decreto Estadual nº 17.523/2017 e à Resolução CONSU/UNEB nº 1094/2014, publicada no D.O.E. de 16/12/2014, que dispõem sobre o uso do nome social e o reconhecimento da identidade de gênero de pessoas travestis e transexuais, orienta o candidato travesti e/ou transexual (pessoa que se identifica e deseja ser reconhecida socialmente, em conformidade com sua identidade de gênero) que, após realizar sua inscrição desejar atendimento pelo NOME SOCIAL poderá solicitá-lo, por meio do preenchimento do **Requerimento de Nome Social (Anexo II)** e anexação de cópia do documento de identidade (RG) e do CPF, até o encerramento das inscrições:

a) pessoalmente ou por seu representante legal, constituído através de procuração simples, com firma reconhecida, contendo na parte externa do envelope o número de inscrição, nome e função temporária no **Departamento de Ciências Exatas e da Terra, Campus I, da Universidade do Estado da Bahia (UNEB)**, no horário das **08h00min** às **11h00min** e das **14h00min** às **17h00min** (exceto sábados, domingos e feriados), dentro do prazo estabelecido no item 5.20; ou

b) via Sedex, postado nas Agências dos Correios, com custo por conta do candidato, endereçado ao **Departamento de Ciências Exatas e da Terra, Campus I, da Universidade do Estado da Bahia (UNEB)**.

5.20.1. Para a validade do Requerimento enviado via Correios, a data da postagem deverá obedecer ao prazo estabelecido no item 5.20.

5.21 Não serão aceitas as solicitações de inscrições que não atenderem rigorosamente ao estabelecido neste Edital.

5.21.1 As inscrições efetivadas após o pagamento do boleto serão divulgadas no endereço eletrônico **www.selecao.uneb.br/professorsubstituto2019** no dia **21/12/2019**.

5.22 Verificado, a qualquer tempo, o recebimento de inscrição que não atenda aos requisitos fixados neste Edital, estará automaticamente cancelada.

5.23 O documento de identificação utilizado no ato da inscrição deverá ser o mesmo a ser apresentado quando da realização das etapas da Seleção Pública elencadas no item 1.3 deste Edital.

5.24 São considerados documentos oficiais de Identificação: Carteiras e/ou Cédulas de Identidade expedidas pelas Secretarias da Segurança, pelas Forças Armadas, pela Polícia Militar, pelo Ministério das Relações Exteriores, Cédulas de Identidade fornecidas por Ordens ou Conselhos de Classe, que por Lei Federal valem como documento de identidade, como, por exemplo, as do CRM, CRA, OAB, CRC etc., a Carteira de Trabalho e Previdência Social, bem como a Carteira Nacional de Habilitação (com fotografia), na forma da Lei federal nº 9.503 de 23/09/1997.

6. DA ISENÇÃO DO PAGAMENTO DO VALOR DA INSCRIÇÃO

6.1. A isenção do pagamento do valor de inscrição deve ser requerida por meio do preenchimento do **Requerimento de Isenção**, no mesmo endereço eletrônico utilizado para a realização das inscrições, no período das **00h01min** do dia **04/11/2019** às **23h59min** do dia **14/11/2019** (horário da Brasília).

6.2. Ao preencher o **Requerimento de Isenção** o candidato declara:

a) ser membro de família de baixa renda, nos termos do Decreto nº 6.135, de 26 de junho de 2007, e que, em função da condição financeira, não pode pagar a taxa de inscrição.

b) estar ciente de que, de acordo com o inciso I do artigo 4º do referido Decreto, família é a unidade nuclear composta por um ou mais indivíduos, eventualmente ampliada por outros indivíduos que contribuam para o rendimento ou tenham

suas despesas atendidas por aquela unidade familiar, todos moradores em um mesmo domicílio, definido como o local que serve de moradia à família.

c) saber que, de acordo com o inciso II do artigo 4º do Decreto nº 6.135/2007, família de baixa renda, sem prejuízo do disposto no inciso I, é aquela com renda familiar mensal per capita de até meio salário mínimo; ou a que possua renda familiar mensal de até três salários mínimos.

d) saber que renda familiar per capita é obtida pela razão entre a renda familiar mensal e o total de indivíduos na família.

e) ter conhecimento que o órgão realizador poderá fazer consultas ao CadÚnico do Ministério do Desenvolvimento Social (MDS), para fins de confirmação da veracidade das informações e dos documentos apresentados.

f) estar ciente de ser inteiramente responsável pelas informações prestadas no teor desta declaração, podendo responder civil e criminalmente por ela, caso as mesmas sejam inverídicas. Por ser verdade, firma o presente, para que surta seus efeitos legais.

6.2.1 As informações declaradas são de inteira responsabilidade do candidato, que responderá civil e criminalmente pelo teor das afirmativas.

6.3. A solicitação da isenção do pagamento do valor da inscrição será analisada pelo **Departamento de Ciências Exatas e da Terra, Campus I, da Universidade do Estado da Bahia (UNEB)**, que decidirá sobre sua concessão.

6.4. O resultado das solicitações de isenção do pagamento da taxa de inscrição será disponibilizado no endereço eletrônico do **www.selecao.uneb.br/professorsubstituto2019** até o dia **07/11/2019**.

6.5. O candidato cuja solicitação de isenção do pagamento da taxa de inscrição for indeferida, mesmo após interposição de recurso, deverá efetuar sua inscrição na Seleção Pública conforme procedimentos previstos no item 5 deste Edital. Caso assim não proceda, será automaticamente excluído da Seleção Pública.

6.6. O recurso apresentado pelo indeferimento da isenção do pagamento da taxa de inscrição não terá efeito suspensivo, sendo condição de validade da inscrição o pagamento da respectiva taxa pelo candidato, na forma prevista no subitem anterior.

6.6.1. O candidato cuja solicitação de isenção do pagamento da taxa de inscrição for deferida estará automaticamente inscrito nesta Seleção Pública.

7. DAS VAGAS RESERVADAS AOS NEGROS

7.1 Às pessoas negras que pretendam fazer uso da prerrogativa que lhes é facultada no artigo 49 da Lei Estadual nº 13.182/2014 é assegurado o direito da inscrição na presente Seleção Pública nessa condição.

7.1.1 Os candidatos negros com deficiência poderão se inscrever concomitantemente para as vagas reservadas às pessoas negras nos termos da Lei Estadual nº 13.182/2014, e para as vagas reservadas à pessoa com deficiência, nos termos do art. 8º, §2º, da Lei Estadual nº 6.677/1994.

7.2 Das vagas que vierem a ser oferecidas durante o prazo de validade desta Seleção Pública, 30% (trinta por cento) serão reservadas aos candidatos negros, em cumprimento ao disposto no artigo 49 da Lei Estadual nº 13.182/2014, bem como às disposições do Decreto Estadual nº 15.353/2014.

7.2.1 Caso a aplicação do percentual de que trata o item anterior resulte em número fracionado, este será elevado até o primeiro número inteiro subsequente, em caso de fração superior a 0,5 (cinco décimos), ou diminuído para o primeiro número inteiro antecedente, em caso de fração igual ou inferior a 0,5 (cinco décimos).

7.3 Poderão concorrer às vagas reservadas a candidatos negros aqueles que se autodeclararem pretos ou pardos no ato da inscrição da Seleção Pública, conforme o quesito cor ou raça utilizado pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, sendo vedada qualquer solicitação por parte do candidato após a conclusão da inscrição.

7.3.1 No ato da inscrição, o candidato deverá declarar, em campo específico, ser negro (preto/pardo) e indicar se deseja concorrer às vagas reservadas.

7.3.2 A autodeclaração é facultativa. Caso o candidato não opte pela reserva de vagas, concorrerá apenas às vagas destinadas à ampla concorrência.

7.3.3 Na hipótese de constatação de declaração falsa, o candidato será eliminado da Seleção Pública e, se houver sido contratado, ficará sujeito à anulação da sua contratação, após procedimento administrativo em que lhe sejam assegurados o contraditório e a ampla defesa, sem prejuízo de outras sanções cabíveis.

7.4 O candidato negro que não realizar a inscrição conforme instruções constantes deste Capítulo não poderá impetrar recurso administrativo em favor de sua condição.

7.5 O candidato negro, se classificado na forma deste Edital, além de figurar na lista de ampla concorrência, terá seu nome constante da lista específica de candidatos negros, por função temporária e departamento/município de lotação/programa especial.

7.6 As vagas definidas no item 7.2 deste Capítulo que não forem providas por falta de candidatos negros ou por reprovação na Seleção Pública, esgotada a lista específica, serão preenchidas pelos demais candidatos com estrita observância à ordem classificatória.

7.7 Nos casos em que não houver vagas reservadas para candidatos negros em razão do quantitativo ofertado neste Edital será assegurada a inscrição do candidato negro nessa condição, procedendo-se à criação de cadastro de reserva, para hipótese de surgimento de novas vagas, durante o prazo de validade da Seleção Pública e que possibilitem a aplicação do disposto no item 7.2 deste Capítulo.

7.8 Em caso de desistência de candidato negro aprovado em vaga reservada, a vaga será preenchida pelo candidato negro posteriormente classificado.

7.9 A não observância, pelo candidato, de qualquer das disposições deste Capítulo implicará a perda do direito à investidura para as vagas reservadas aos candidatos negros.

8. DAS VAGAS RESERVADAS ÀS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

8.1 Às pessoas com deficiência é assegurado o percentual de 5% (cinco por cento) das vagas existentes ou das que vierem a surgir no prazo de validade da Seleção Pública, desde que as atribuições do cargo pretendido sejam compatíveis com a deficiência que possuem, conforme estabelece o artigo 37, inciso VIII, da Constituição Federal; Lei Estadual nº 12.209/2011 regulamentada pelo Decreto Estadual nº 15.805/2014; Lei Federal nº 7.853/1989, regulamentada pelo Decreto Federal nº 3.298/1999, alterado pelo Decreto Federal nº 5.296/2004.

8.1.1 Os candidatos negros com deficiência poderão se inscrever concomitantemente para as vagas reservadas às pessoas negras nos termos da Lei Estadual nº 13.182/2014, e para as vagas reservadas à pessoa com deficiência, nos termos do art. 8º, §2º, da Lei Estadual nº 6.677/1994.

8.1.2 Caso a aplicação do percentual de que trata o item anterior resulte em número fracionado, este será elevado até o primeiro número inteiro subsequente, desde que a fração obtida deste cálculo seja superior a 0,5 (cinco décimos).

8.1.3 Nos casos em que não houver vagas reservadas para candidatos com deficiência em razão do quantitativo ofertado neste Edital, será assegurada a inscrição do candidato com deficiência nessa condição, procedendo-se à criação de cadastro de reserva, para hipótese de surgimento de novas vagas, durante o prazo de validade da Seleção Pública e que possibilitem a aplicação do disposto no item 8.1 deste Capítulo.

8.2 Consideram-se pessoas com deficiência aquelas que se enquadram nas categorias discriminadas no artigo 4º do Decreto Federal nº 3.298/1999 e suas alterações, e na Súmula 377 do Superior Tribunal de Justiça - STJ.

8.2.1 Não obsta a inscrição ou o exercício das atribuições pertinentes ao cargo pretendido a utilização de material tecnológico ou habitual.

8.3 No ato da inscrição, o candidato com deficiência deverá declarar que está apto a exercer as atribuições do cargo para o qual se inscreverá.

8.4 Durante o preenchimento da **Ficha de Inscrição Obrigatória**, o candidato com deficiência, além de observar os procedimentos descritos no Capítulo 5 deste Edital, deverá informar que possui deficiência e a forma de adaptação das etapas da Seleção Pública elencadas no item 1.3 deste Edital, quando necessário.

8.5 O candidato que, no ato do preenchimento da **Ficha de Inscrição Obrigatória**, não indicar sua condição de pessoa com deficiência e não cumprir o determinado neste Edital terá a sua inscrição processada como candidato de ampla concorrência e não poderá alegar posteriormente essa condição para reivindicar a prerrogativa legal.

8.6 O candidato que se declarar pessoa com deficiência concorrerá em igualdade de condições com os demais candidatos no tocante ao conteúdo e à avaliação das etapas, bem como quanto ao horário e local da sua aplicação.

8.7 Para assegurar a concorrência às vagas reservadas, bem como o atendimento diferenciado durante as etapas da Seleção Pública elencadas no item 1.3 deste Edital, o candidato com deficiência deverá, até o término das inscrições, além de preencher o campo correlato à reserva de vagas e ao Requerimento de Condições Especiais na **Ficha de Inscrição Obrigatória** disponível em www.selecao.uneb.br/professorsubstituto2019, entregar a documentação elencada no item 8.7.1:

a) pessoalmente ou por seu representante legal, constituído através de procuração simples, com firma reconhecida, contendo na parte externa do envelope o número de inscrição, nome e função temporária no **Departamento de Ciências Exatas e da Terra, Campus I, da Universidade do Estado da Bahia (UNEB)**, no horário das **08h00min** às

11h00min e das **14h00min** às **17h00min** (exceto sábados, domingos e feriados), dentro do prazo estabelecido no item 5.15; ou

b) via Sedex, postado nas Agências dos Correios, com custo por conta do candidato, endereçado ao **Departamento de Ciências Exatas e da Terra, Campus I, da Universidade do Estado da Bahia (UNEB)**.

8.7.1. Deve constar no envelope a seguinte documentação:

a) Cópia do comprovante de inscrição para identificação do candidato;

b) Atestado ou Laudo Médico original ou cópia autenticada expedido no prazo máximo de 12 (doze) meses antes da data da publicação deste Edital, atestando a espécie, o grau ou nível de deficiência, com expressa referência ao código correspondente da Classificação Internacional de Doença – CID, bem como a provável causa da deficiência, contendo a assinatura e o carimbo do número do CRM do médico responsável por sua emissão; anexando ao Atestado ou ao Laudo Médico as informações como: nome completo, número do documento de identidade (RG), número do CPF, nome da Seleção Pública e opção do departamento/município de lotação/área/componente(s) curricular(es) para o(s) qual(is) concorrerá.

8.7.2 Para a validade dos documentos elencados nos itens 8.7 e 8.7.1 enviados via Correios, a data da postagem deverá obedecer ao prazo estabelecido no item 8.7.

8.8 A Universidade do Estado da Bahia (UNEB) não se responsabiliza pelo extravio ou atraso dos documentos encaminhados via Sedex.

8.9 Para a comprovação da deficiência, não serão aceitos declaração, exame, prontuário, receita e outros documentos que não se constituam em atestado ou laudo médico na forma prevista no item 8.7.1.

8.10 A não apresentação de qualquer dos documentos especificados neste Edital implicará no indeferimento do pedido de inscrição no sistema de reserva de vaga, passando o candidato, automaticamente, a concorrer às vagas com os demais inscritos da ampla concorrência, desde que preenchidos os demais requisitos previstos neste Edital.

8.11 O candidato cuja deficiência seja considerada incompatível com o exercício das atribuições da função temporária prevista neste Edital será eliminado da Seleção Pública.

8.12 As vagas reservadas aos candidatos inscritos na condição de pessoas com deficiência, se não providas, pela inexistência de candidatos aprovados ou pela incompatibilidade da deficiência com o exercício das atribuições da função temporária prevista neste Edital, serão preenchidas pelos demais candidatos aprovados, observada a ordem geral de classificação.

8.13 Após publicação da lista de classificação, Resultado Final da Seleção Pública, o candidato aprovado como deficiente será convocado, de acordo com o número de vagas, conforme previsto no Capítulo 2, para comprovação da deficiência apontada no ato da inscrição e de sua compatibilidade com o exercício das atribuições da função temporária prevista neste Edital.

8.14 Será eliminado da lista de classificação o candidato cuja deficiência assinalada na Ficha de Inscrição Obrigatória não for constatada através do Atestado de Saúde Ocupacional – ASO, expedido por Médico do Trabalho ou Serviço Médico Especializado em Medicina Ocupacional.

8.15 A não observância, pelo candidato, de qualquer das disposições deste Capítulo implicará a perda do direito a ser contratado para as vagas reservadas aos candidatos com deficiência.

8.16 O atestado médico apresentado terá validade somente para esta Seleção Pública e não será devolvido.

8.17. No ato da inscrição, o candidato com deficiência que precisar de tratamento diferenciado deverá requerê-lo, no prazo determinado no Edital de abertura do Seleção Pública, indicando as condições diferenciadas de que necessita para a realização das etapas elencadas no item 1.3 deste Edital

8.18 O candidato com deficiência que precisar de tempo adicional para realização da 1ª a 2ª etapas da Seleção Pública elencadas no item 1.3 deste Edital deverá requerê-lo com justificativa acompanhada de parecer emitido por médico especialista da área de sua deficiência, no prazo estabelecido no edital de abertura da Seleção Pública.

8.19 Após a contratação do candidato, a deficiência não poderá ser arguida para justificar a aposentadoria por invalidez.

9. DA ENTREGA DOS DOCUMENTOS

9.1 Após a realização das inscrições de que trata o item 5 deste Edital, o candidato deverá apresentar, até o término das inscrições, 01 (uma) cópia dos documentos elencados nos itens 9.3 e 12.3, devidamente encadernados e, preferencialmente em um único volume, autenticados em cartório ou com sua autenticidade atestada por servidor da Universidade do Estado da Bahia (UNEB), os quais viabilizarão a realização da 3ª etapa da Seleção Pública elencada no item 1.3:

a) pessoalmente ou por seu representante legal, constituído através de procuração simples, com firma reconhecida, contendo na parte externa do envelope o número de inscrição, nome e função temporária no **Departamento de Ciências Exatas e da Terra, Campus I, da Universidade do Estado da Bahia (UNEB)**, no horário das **08h00min às 11h00min** e das **14h00min às 17h00min** (exceto sábados, domingos e feriados), dentro do prazo estabelecido no item 9.1; ou

b) via Sedex, postado nas Agências dos Correios, com custo por conta do candidato, endereçado ao **Departamento de Ciências Exatas e da Terra, Campus I, da Universidade do Estado da Bahia (UNEB)**.

9.2 Os documentos elencados no item 9.3 devem ser entregues ou enviados via Sedex, com data de postagem até o término das inscrições, com encadernação a obedecer a seguinte ordem:

a) Ficha de Inscrição Obrigatória devidamente preenchida no endereço eletrônico **www.selecao.uneb.br/professorsubstituto2019**;

b) Diplomas de Graduação e Mestrado correspondentes à formação exigida para Departamento/Município de lotação/Área/Componente(s) Curricular(es) para o(s) qual(is) se inscreveu, devidamente registrados e expedidos por instituição reconhecida pelo MEC, devidamente acompanhados do histórico escolar do candidato, no qual conste o número de créditos obtidos, as disciplinas em que foi aprovado e as respectivas menções, o resultado dos exames e do julgamento da tese. Em caso de curso de mestrado realizado no exterior, somente será aceito o diploma que estiver reconhecido por instituição de ensino superior brasileira que possua cursos de pós-graduação reconhecidos e avaliados, na mesma área de conhecimento e em nível equivalente ou superior;

c) Currículo *Lattes* atualizado, em versão completa, com os respectivos documentos comprobatórios;

d) Documento de identificação oficial: Carteira e/ou Cédula de Identidade expedida pelas Secretarias da Segurança, pelas Forças Armadas, pela Polícia Militar ou pelo Ministério das Relações Exteriores, ou Cédulas de Identidade fornecidas por Ordens ou Conselhos de Classe, que por Lei Federal valem como documento de identidade, como, por exemplo, as do CRM, CRA, OAB, CRC etc., ou Carteira de Trabalho e Previdência Social, ou Carteira Nacional de Habilitação (com fotografia), na forma da Lei federal nº 9.503/1997.

e) Comprovante de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF), para brasileiros;

f) Certificado de reservista para, para brasileiros homens;

g) Passaporte atualizado, com visto de permanência no Brasil para trabalho acadêmico, para estrangeiros;

h) Título de eleitor e comprovantes dos dois últimos pleitos ou certidão de quitação eleitoral fornecida pelo respectivo cartório eleitoral, para brasileiros;

i) Comprovante do pagamento da taxa de inscrição.

10. DA 1ª ETAPA: ENTREVISTA

10.1 A 1ª etapa da Seleção Pública consistirá em realização de Entrevista do candidato pela Banca Examinadora, que atribuirá nota correspondente de 0 a 10 (zero a dez), a partir do Barema abaixo.

10.2 As Entrevistas serão realizadas em ordem nominal alfabética, em escala estabelecida pela Banca Examinadora, a ser divulgada no endereço **www.selecao.uneb.br/professorsubstituto2019**, conforme Cronograma constante no **Anexo I**.

10.3 A Banca Examinadora deverá elaborar o roteiro para entrevista do candidato, de modo que possam ser considerados, para efeito de avaliação, os critérios elencados a seguir:

CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO	PONTUAÇÃO	
	MÁXIMA	OBTIDA
01. Experiência profissional (breve narrativa)	2,0	
02. Disponibilidade e compromisso	2,0	
03. Segurança e postura	2,0	
04. Articulação entre as ideias e expressão oral	2,0	
05. Clareza e objetividade	2,0	

TOTAL**10,0****11. DA 2ª ETAPA: AULA PÚBLICA**

11.1 A 2ª etapa da Seleção Pública consistirá em realização de Aula Pública pelo candidato, que versará sobre assunto sorteado, logo ao término da Entrevista, dentre uma relação de 05 (cinco) pontos, com abrangência da Área/Componente(s) Curricular(es) em exame.

11.1.1 A lista dos pontos da Aula Pública será disponibilizada no endereço www.selecao.uneb.br/professorsubstituto2019, conforme Cronograma previsto no **Anexo I** deste Edital.

11.2 A Aula Pública será realizada em sessão pública, com a presença de todos os membros da Banca Examinadora, respeitando-se o intervalo de, no mínimo, 24 (vinte e quatro) horas após o horário do referido sorteio.

11.3 A Aula Pública deverá ter no mínimo 40 (quarenta) e, no máximo, 50 (cinquenta) minutos de duração e terá como objetivo verificar conhecimentos sobre o tema sorteado além do desempenho didático-pedagógico do candidato, de modo que possam ser considerados, para efeito de avaliação, os critérios elencados a seguir:

11.4 Cada candidato entregará à Banca Examinadora, antes da realização da Aula Pública, o Plano de Aula correspondente ao ponto sorteado em 03 (três) vias.

11.5 Todo o material necessário para a realização da Aula Pública será de responsabilidade do candidato.

11.6 Será permitida na Aula Pública, à exceção dos candidatos concorrentes, a presença do público, na condição de ouvinte.

CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO	PONTUAÇÃO	
	MÁXIMA	OBTIDA
Plano de aula (até 2,0 pontos)	–	–
01. Objetivos: clareza, coerência e adequação ao tema	0,5	
02. Conteúdo: enfoque, atualidade e relevância	0,5	
03. Metodologia: adequação, inovação e criatividade	0,5	
04. Referências: atualidade, consistência e pertinência	0,5	
Aula ministrada (até 8,0 pontos)	–	–
05. Segurança, domínio, relevância e profundidade do conteúdo	2,0	
06. Linguagem: adequação, fluência e expressão oral.	2,0	
07. Articulação entre as ideias apresentadas	1,0	
08. Objetividade e organização	1,0	
09. Conformidade ao Plano de Aula apresentado	1,0	
10. Uso adequado de recursos didáticos	1,0	
TOTAL	10,0	

12. DA 3ª ETAPA: PROVA DE TÍTULOS

12.1 A 3ª etapa da Seleção Pública consistirá em realização de Prova de Títulos pelo candidato.

12.2 A Banca Examinadora fará o cálculo da nota de 0 a 10 (zero a dez) a partir do Barema abaixo, em que serão considerados a formação acadêmica, produção técnica/científica e a experiência profissional de cada candidato. O cálculo da Nota da Prova de Títulos (NPT) de cada candidato será obtido dividindo-se o seu respectivo Total de Pontos

$$NPT = \frac{TPA}{10}$$

Aproveitados (TPA), de acordo com o Barema, por 10 (dez), conforme demonstra a fórmula

12.2.1 O Total de Pontos Aproveitados (TPA) na prova de títulos representa a soma dos pontos aproveitados nas três seções do Barema abaixo:

SEÇÃO I – FORMAÇÃO ACADÊMICA (máximo de 40 pontos)

DISCRIMINAÇÃO	MÁXIMO A CONSIDERAR	PONTUAÇÃO	
		POR TÍTULO	OBTIDA
Doutorado	–	–	–
Na área sob Seleção	2	14,0	
Em área correlata	2	11,0	
Em outra área	1	8,0	
Mestrado	–	–	–
Na área sob Seleção	2	10,0	
Em área correlata	2	8,0	
Em outra área	1	6,0	
Especialização	–	–	–
Na área sob Seleção	2	8,0	
Em área correlata	2	6,0	
Em outra área	1	4,0	
Aperfeiçoamento (mínimo de 180 horas)	–	–	–
Na área sob Seleção	2	2,0	
Em área correlata	2	1,5	
Em outra área	1	1,0	
Graduação	–	–	–
Na área sob Seleção	2	8,0	
Em área correlata	2	6,0	
Em outra área	1	4,0	
Complementar	–	–	–
Proficiência em Língua Estrangeira	5	2,0	
Estágio de cooperação técnica ou científica em instituição de ensino ou pesquisa na área (mínimo de 01 semestre)	5	1,5	
Participação em curso de curta duração ou de extensão universitária relacionados à área de concurso (mínimo de 30 horas)	5	1,0	
SUBTOTAL DE PONTOS OBTIDOS NA SEÇÃO I			
PONTOS APROVEITADOS (considerar até o máximo de 40 pontos)			

SEÇÃO II – PRODUÇÃO TÉCNICA / CIENTÍFICA (máximo de 30 pontos)

DISCRIMINAÇÃO	MÁXIMO A CONSIDERAR	PONTUAÇÃO	
		POR TÍTULO	OBTIDA

Livro publicado com Conselho Editorial	5	4,0	
Capítulo de livro publicado por editora com Conselho Editorial	5	2,0	
Artigo completo publicado em periódico indexado (nos últimos cinco anos)	5	2,0	
Artigo completo publicado em periódico não indexado (nos últimos cinco anos)	5	1,0	
Organização de obra publicada com Conselho Editorial	5	1,0	
Trabalho completo inédito publicado em anais de evento com Conselho Editorial (nos últimos cinco anos)	5	2,0	
Tradução publicada de livro	5	2,0	
Tradução publicada de capítulos de livros ou artigos (nos últimos cinco anos)	5	0,5	
Ensaio ou Resenha publicado em periódico indexado (nos últimos cinco anos)	5	1,0	
Texto em jornal ou revista/magazine (nos últimos cinco anos)	5	0,5	
Apresentação de trabalho inédito na forma de painel ou comunicação oral em Eventos Científicos (nos últimos cinco anos)	5	0,5	
Conferência ou Palestra em eventos científicos internacionais ou nacionais	5	1,0	
Conferência ou Palestra em eventos científicos regionais ou locais	5	0,5	
Software (computacional, multimídia) com registro/patente	5	4,0	
Software (computacional, multimídia) sem registro/patente	5	1,5	
Produto tecnológico com registro/patente	5	2,0	
Produto tecnológico sem registro/patente	5	0,5	
Trabalhos técnicos (assessoria, consultoria, parecer, elaboração de projeto, relatório técnico)	5	1,0	
Editoração (livro, anais, catálogo, coletânea, enciclopédia, periódico)	5	1,0	
Cartas ou mapas	5	1,0	
Trabalhos técnicos (assessoria, consultoria, parecer, elaboração de projeto, relatório técnico)	5	1,0	
Desenvolvimento de material didático ou instrucional (nos últimos cinco anos)	5	1,0	
Obras de artes visuais (cinema, desenho, escultura, fotografia, gravura, instalação, pintura, televisão, vídeo)	5	2,0	
SUBTOTAL DE PONTOS NA SEÇÃO II			
PONTOS APROVEITADOS (considerar até o máximo de 30 pontos)			

SEÇÃO III – EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL (máximo de 30 pontos)

DISCRIMINAÇÃO	MÁXIMO A CONSIDERAR	PONTUAÇÃO	
		POR TÍTULO	OBTIDA
Docência em Pós <i>Stricto Sensu</i> (mínimo de 60 h)	–	–	–

Na área ou correlata	5	3,0	
Em outra área	5	2,5	
Docência em Cursos Lato Sensu (mínimo de 60 h)	–	–	–
Na área ou correlata	5	2,5	
Em outra área	5	2,0	
Docência em Cursos de Graduação (mínimo de 60 h)	–	–	–
Na área ou correlata	5	2,0	
Em outra área	5	1,5	
Docência no Ensino Básico (mínimo de 01 ano)	–	–	–
Em espaços formais	5	1,5	
Em espaços não formais	5	1,0	
Orientação ao Estudante	–	–	–
Tese Doutorado ou Dissertação de Mestrado	5	2,5	
Monografia de Especialização ou TCC	5	1,5	
Participação em Congressos, Seminários, Colóquios ou Simpósios (mínimo de 30 h)	–	–	–
Como Coordenador / Organizador / Moderador	5	2,0	
Como Participante	5	1,0	
Atividades em Projetos de Pesquisa	–	–	–
Na condição de coordenador ou líder de grupo	5	2,5	
Na condição de membro da equipe executora	5	1	
Como bolsista na graduação (mínimo de 01 ano)	5	0,5	
Atividades em Projetos de Extensão	–	–	–
Na condição de coordenador	5	2,5	
Na condição de docente ou membro da equipe executora (mínimo de 06 meses)	5	1,5	
Participação em Bancas ou Comissões	–	–	–
Defesa de tese / dissertação / monografia	5	1,5	
Concurso público ou seleção para o magistério superior	5	1,5	
Comissões acadêmicas (estágio, TCC entre outras)	5	1,5	
Atividades administrativas (mínimo de 06 meses)	–	–	–
Cargos de direção ou coordenação acadêmica	5	1,5	
Cargos de direção ou coordenação técnica	5	1,5	
SUBTOTAL DE PONTOS NA SEÇÃO III			
PONTOS APROVEITADOS (considerar até o máximo de 30 pontos)			

12.3 Os títulos a serem avaliados deverão ser apresentados:

- em fotocópias autenticadas e discriminados em relação específica, sem rasuras ou emendas, identificada com o nome completo do candidato, número do documento de identidade e opção do cargo.
- pessoalmente ou por seu representante legal, constituído através de procuração simples, com firma reconhecida, contendo na parte externa do envelope o número de inscrição, nome e função temporária no **Departamento de Ciências Exatas e da Terra, Campus I, da Universidade do Estado da Bahia (UNEB)**, no horário das **08h00min** às

11h00min e das **14h00min** às **17h00min** (exceto sábados, domingos e feriados), dentro do prazo estabelecido no item 9.1; ou

c) via Sedex, postado nas Agências dos Correios, com custo por conta do candidato, endereçado ao **Departamento de Ciências Exatas e da Terra, Campus I, da Universidade do Estado da Bahia (UNEB)**.

12.3.1 Em caso de envio via Sedex, somente será aceita documentação postada até a data de encerramento das inscrições estabelecida no **Anexo I** deste Edital.

12.3.2 Em caso de entrega da documentação pelo candidato ou seu representante legal, constituído através de procuração simples, no **Departamento de Ciências Exatas e da Terra, Campus I, da Universidade do Estado da Bahia (UNEB)**, o prazo para fazê-lo também é a data de encerramento das inscrições estabelecida no **Anexo I** deste Edital.

12.3.3 É permitido que seja atestada a autenticidade da documentação comprobatória de títulos por servidor do **Departamento de Ciências Exatas e da Terra, Campus I, da Universidade do Estado da Bahia (UNEB)**, desde que esta seja entregue pelo candidato ou seu representante legal naquela unidade até a data de encerramento das inscrições estabelecida no **Anexo I** deste Edital.

12.4 Na somatória dos documentos comprobatórios apresentados pelo candidato, os pontos excedentes serão desprezados.

12.5. Para receber a pontuação relativa à **Formação Acadêmica**:

12.5.1 Relacionada a cursos de doutorado, mestrado, especialização e graduação:

a) será aceito o diploma, devidamente registrado, expedido por instituição reconhecida pelo MEC. Em caso de doutorado e mestrado, será aceito certificado/declaração de conclusão de curso, expedido por instituição reconhecida pelo MEC, caso o candidato tenha concluído o curso nos últimos 12 (doze) meses e desde que acompanhado do histórico escolar do candidato, no qual conste o número de créditos obtidos, as disciplinas em que foi aprovado e as respectivas menções, o resultado dos exames e do julgamento da dissertação ou da tese;

b) para curso de doutorado ou de mestrado concluído no exterior, será aceito apenas o diploma, desde que reconhecido por instituição de ensino superior brasileira que possua cursos de pós-graduação reconhecidos e avaliados, na mesma área de conhecimento e em nível equivalente ou superior;

c) para especialização, o candidato deverá comprovar, por meio de certificado, que o curso possui carga horária mínima de 360 (trezentos e sessenta) horas. Também será aceita certidão ou declaração de conclusão da especialização, caso o candidato tenha concluído o curso nos últimos 12 (doze) meses, desde que acompanhada do histórico escolar que conste a carga horária do curso, com a respectiva aprovação;

d) o certificado e a certidão ou declaração citados no subitem anterior deverão atestar que o curso de especialização foi realizado de acordo com a Lei nº 9394/96 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação) ou de acordo com as normas do Conselho Nacional de Educação (CNE) ou de acordo com as normas do extinto Conselho Federal de Educação (CFE);

e) caso o certificado não comprove que o curso foi realizado de acordo com o exigido no subitem, deverá ser anexada uma declaração da instituição, atestando que o curso foi realizado de acordo com a Lei nº 9394/96 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação) ou de acordo com as normas do Conselho Nacional de Educação (CNE) ou de acordo com as normas do extinto Conselho Federal de Educação (CFE);

f) outros comprovantes de conclusão de curso, disciplinas ou atas, não serão aceitos para comprovação da formação acadêmica.

12.5.2 Relacionada a cursos de aperfeiçoamento e formação complementar:

a) o candidato deverá apresentar certificado em que conste expressamente a sua aprovação no curso de atualização, capacitação profissional ou aperfeiçoamento.

b) no caso de cursos feitos na modalidade EAD, que não disponham de certificado físico original, deve ser enviada cópia simples, desde que o certificado possua código de verificação para consulta online.

c) os certificados apresentados pelo candidato deverão ser compatíveis com as atribuições do cargo e compreender a aquisição de conhecimentos, habilidades e atitudes, além daqueles exigidos para o exercício das funções próprias do cargo público / área de conhecimento específica para a qual estará concorrendo.

d) o conteúdo programático do curso deverá agregar habilidades de cunho acadêmico, técnico ou cultural, como complemento do conhecimento na área e, como estratégia para sua utilização em decorrência da dinâmica da Administração Pública.

e) o certificado deverá conter:

- Nome do estabelecimento responsável pela promoção do curso;

- Nome completo do treinando;
- Datas de início e término;
- Carga horária;
- Conteúdo programático;
- Registro no Ministério da Educação – MEC, quando couber;
- Data e local de expedição; e
- Assinatura do responsável pela expedição do certificado.

f) caso o certificado não atenda a algum dos requisitos mencionados, a banca examinadora poderá julgar sobre a legitimidade do certificado utilizado desde que o candidato apresente no momento da entrega dos títulos, documentos complementares como atestado ou declaração com histórico curricular.

g) os cursos realizados fora do Brasil deverão apresentar tradução juramentada e ser convalidados por instituição reconhecida pelo MEC.

12.6 Para receber a pontuação relativa à **Produção Técnica/Científica** devem estar claras e evidentes na documentação entregue a autoria da produção apresentada, bem como, nos casos em que for requisito à sua aceitação, a data de sua publicação, criação, registro ou apresentação.

12.7 Para receber a pontuação relativa à **Experiência Profissional** o candidato deve apresentar declaração da instituição de ensino, pesquisa e extensão, devidamente assinada pelo setor responsável e em papel timbrado, descrevendo as atividades e o período em que foram realizadas.

12.8 Todo documento expedido em língua estrangeira somente será considerado se traduzido para a Língua Portuguesa por tradutor juramentado.

12.9 Após a entrega da documentação comprobatória dos títulos, não serão aceitos pedidos de inclusão de documentos, sob qualquer hipótese ou alegação.

12.10. Não serão recebidos documentos comprobatórios dos títulos que tenham sido postados após a data de término das inscrições, sob qualquer hipótese ou alegação.

12.11 Cada documento comprobatório dos títulos será considerado uma única vez.

12.12 Comprovada, em qualquer tempo, irregularidade ou ilegalidade na obtenção dos títulos apresentados, o candidato terá anulada a respectiva pontuação e comprovada a culpa do mesmo, este será excluído do Seleção Pública, sem prejuízo das medidas penais cabíveis.

12.13 Toda a documentação relacionada à Seleção Pública entregue pelo candidato ficará sob a guarda da Universidade do Estado da Bahia e não poderá ser requerida a sua devolução.

13. DA CLASSIFICAÇÃO

13.1 A Nota Final do Candidato (NFC) corresponderá à média aritmética ponderada das notas relativas à Entrevista (ENT), com peso 1 (um), a Aula Pública (NAP), com peso 6 (seis) e a Prova de Títulos (NPT), com peso 3 (três), e será calculada utilizando-se a seguinte fórmula:

$$NFC = \frac{(ENT \times 1) + (NAP \times 6) + (NPT \times 3)}{10}$$

13.2 As notas serão apresentadas com duas casas decimais (precisão de centésimos), para tal, se o terceiro decimal for igual ou superior a 5 (cinco), converte-se o segundo decimal para a unidade imediatamente superior, e se for inferior a 5 (cinco) será desprezado.

13.3 Para lograr aprovação, o candidato terá que alcançar nota final (NFC) igual ou superior a 7,00 (sete), resultante da média ponderada de que trata o artigo anterior.

13.4 Será desclassificado o candidato que:

- a) não comparecer a qualquer das etapas do processo seletivo nos locais, datas e horários estabelecidos para cada uma;
- b) não apresentar documento que legalmente o identifique, dentre os elencados no item 5.24 deste Edital;
- c) obtiver nota final inferior a 7,00 (sete);
- d) estiver portando armas (branca ou de fogo), mesmo que possua o respectivo porte;
- e) lançar mão de meios ilícitos para a execução das etapas do certame;
- f) perturbar, de qualquer modo, a ordem dos trabalhos, incorrendo em comportamento indevido;

13.5 Os candidatos habilitados serão classificados em ordem decrescente de pontuação final, de acordo com a opção da função temporária e Departamento/Município de lotação/Área/Componente(s) Curricular(es), respeitando a reserva de vagas para candidatos portadores de deficiência e para os candidatos negros.

13.6. Na hipótese de igualdade da nota final, terá preferência o candidato que:

- a) tiver idade igual ou superior a 60 (sessenta) anos, conforme Lei Federal nº 10.741 de 01/10/2003 (Lei do Idoso);
- b) obtiver maior nota na Aula Pública;
- c) obtiver maior nota na Prova de Títulos;
- d) obtiver o maior número de pontos excedentes na Prova de Títulos;
- e) obtiver maior nota na Entrevista;
- f) tiver maior idade (exceto os enquadrados na alínea “a” deste item), considerando dia, mês, ano e, se necessário, hora e minuto do nascimento;
- g) tiver exercido efetivamente a função de jurado no período entre a data da publicação da Lei Federal nº 11.689/2008 e o término das inscrições.

13.7 Após a aplicação dos critérios de desempate estabelecidos no item 13.6, deste capítulo, se persistir o empate na última posição do cargo em disputa, obriga-se a Universidade do Estado da Bahia (UNEB) a convocar todos os candidatos que estejam empatados nessa posição.

14. DA DIVULGAÇÃO DO RESULTADO FINAL E HOMOLOGAÇÃO

14.1 A Universidade do Estado da Bahia (UNEB), através da Pró-Reitoria de Gestão e Desenvolvimento de Pessoas (PGDP), publicará o Resultado Final e a Homologação da Seleção Pública, no Diário Oficial do Estado da Bahia, contendo a relação dos candidatos habilitados em ordem decrescente de pontuação final, por função temporária e Departamento/Município de Lotação/Área/Componente(s) Curricular(es) e de acordo com a opção declarada no ato da inscrição.

14.1.1 A Universidade do Estado da Bahia (UNEB) através da Pró-Reitoria de Gestão e Desenvolvimento de Pessoas (PGDP) publicará em Diário Oficial do Estado da Bahia os Resultados Preliminares e Final da 1ª Etapa (Entrevista), da 2ª Etapa (Aula Pública) e da 3ª Etapa (Prova de Títulos).

14.2 A publicação de todos os resultados da Seleção Pública será feita em 3 (três) listas, contendo:

- a) a primeira, todos os candidatos aprovados, inclusive os candidatos inscritos como negros e os candidatos inscritos como candidatos com deficiência;
- b) a segunda, apenas os candidatos aprovados inscritos como candidatos com deficiência;
- c) a terceira, apenas os candidatos aprovados inscritos como candidatos negros.

14.3 A publicação do Resultado Final e da Homologação da Seleção Pública ocorrerá no prazo máximo de 20 (vinte) dias, contados da divulgação do resultado dos recursos quanto ao Resultado Preliminar.

15. DOS RECURSOS

15.1 Será admitido recurso quanto:

- a) ao indeferimento do requerimento de isenção do valor da inscrição;
- b) ao indeferimento do requerimento de condições especiais para realização do certame;
- c) ao resultado preliminar, quando houver inobservância das normas da Seleção Pública contidas neste Edital, devidamente comprovado pelo interessado.

15.2 Os recursos devem ser dirigidos ao **Conselho do Departamento de Ciências Exatas e da Terra, Campus I, da Universidade do Estado da Bahia (UNEB)**, que fará a sua apreciação.

15.2.1 Os recursos referentes aos eventos de que tratam as alíneas “a” e “b” do item 15.1 somente serão admitidos se interpostos no prazo de até 48 (quarenta e oito) horas após a divulgação do indeferimento na página **www.selecao.uneb.br/professorsubstituto2019**.

15.2.2 Os recursos interpostos quanto ao resultado preliminar somente serão admitidos se interpostos no prazo de até 48 (quarenta e oito) horas após sua publicação na imprensa oficial, não podendo incidir sobre aspectos de mérito da aula pública e da entrevista.

15.3 Admitir-se-á um único recurso por candidato, para cada evento referido no item 15.1, deste capítulo, devidamente fundamentado, sendo desconsiderado recurso de igual teor.

15.4 Não serão aceitos os recursos interpostos em prazo destinado a evento diverso do questionado.

15.5 Os recursos deverão ser identificados no campo de preenchimento conforme modelo a seguir:

Modelo de Identificação de Recurso:

Seleção Pública para Professor Substituto

Edital nº:

Candidato:

Departamento, Município de Lotação, Área, Componente Curricular:

N.º de Inscrição:

N.º do Documento de Identidade:

Evento que deu ensejo ao recurso (dentre as hipóteses do item 15.1):

Fundamentação e argumentação lógica:

15.6. Os recursos deverão ser dirigidos à Presidência do **Conselho do Departamento de Ciências Exatas e da Terra, Campus I, da Universidade do Estado da Bahia (UNEB)** e realizados em campo disponível para tal fim na página **www.selecao.uneb.br/professorsubstituto2019**.

15.7. O recurso interposto fora do respectivo prazo não será aceito.

15.8. Não serão aceitos recursos interpostos por via correios, fac-símile (FAX), telex, Internet, telegrama, ou outro meio que não seja o especificado neste Edital.

15.11. Na ocorrência de alteração de nota de candidato em razão de recurso deferido, poderá haver mudança da classificação inicial obtida para uma classificação superior ou inferior, ou ainda, a desclassificação do candidato que não obtiver a nota mínima exigida no item 13.3.

15.12. A decisão do recurso será dada a conhecer, coletivamente, e quanto aos pedidos que forem deferidos e indeferidos.

15.13. O candidato deverá impetrar recurso individual, sendo considerado indeferido o recurso quando impetrado em conjunto por mais de um candidato.

15.14. Cada postagem deverá conter apenas Recurso de um único candidato.

16. DO PROCEDIMENTO ADMISSIONAL

16.1. Após a Homologação do Resultado Final da Seleção Pública, a Universidade do Estado da Bahia (UNEB) convocará os candidatos habilitados, através de Edital de Convocação publicado no Diário Oficial do Estado da Bahia, conforme distribuição de vagas disposta no item 2.1 deste Edital, por ordem de classificação final com a pontuação final em ordem decrescente e por função temporária e Departamento/Município de lotação/Área/Componente(s) Curricular(es).

16.2 O candidato deverá comparecer no dia, horário e local designados, conforme Edital de Convocação publicado para entrega da documentação exigida.

16.3. Por ocasião da convocação, serão exigidos dos candidatos para nomeação e posse os originais e respectivas fotocópias, para autenticação, dos seguintes documentos:

a) original e cópia do diploma, devidamente registrado de conclusão do curso de nível superior relacionado à função temporária a que concorreu, expedido por instituição de ensino reconhecida pelo Ministério da Educação – MEC;

b) original e cópia diploma, devidamente registrado de conclusão do curso de pós-graduação relacionado à função temporária, expedido por instituição de ensino reconhecida pelo Ministério da Educação – MEC;

c) original e cópia dos títulos obtidos no exterior revalidados no Brasil, se for o caso;

d) original e cópia carteira de identidade, CPF, certidão de nascimento ou de casamento, se for o caso;

e) original e cópia do CPF e da Certidão de Nascimento ou RG dos dependentes e, no caso de menores com até 05 (cinco) anos de idade, do Atestado de Vacinação atualizado;

f) original e cópia de comprovante de correntista do Banco do Brasil, contendo o número e agência da respectiva conta;

g) original e cópia título de eleitor e dos comprovantes dos dois últimos pleitos ou certidão de quitação eleitoral fornecida pelo respectivo cartório eleitoral;

h) declaração de bens;

i) original e cópia PIS/PASEP (caso seja inscrito);

j) original e Cópia da Carteira de Trabalho e Previdência Social – CTPS;

k) declaração original de não-acumulação de cargos, empregos e funções públicas, ainda que não remunerados; caso o candidato ocupe cargo, emprego e função acumulável na forma das alíneas “a” e “b” do inciso XVI, do art. 37 da

Constituição Federal e observadas as disposições da Portaria Conjunta SAEB/PGE nº 006/2016, deverá apresentar declaração original de vínculo municipal, estadual ou federal, com carga horária discriminada em dias e horas, em papel timbrado, assinado e carimbado pelo diretor ou responsável do setor;

l) original e cópia do ato de exoneração ou do requerimento no ato da posse para o candidato que ocupe cargo, emprego ou função pública inacumulável na forma do art. 37, inciso XVI, da Constituição Federal e da Portaria Conjunta SAEB/PGE nº 006/2016;

m) original e cópia certificado de reservista para os homens;

n) 01 (uma) foto 3x4;

o) original e cópia comprovação de residência (água, luz ou telefone fixo) dos últimos 08 (oito) anos;

p) certidão negativa dos setores de distribuição dos foros criminais dos lugares em que tenha residido, nos últimos 08 (oito) anos, da Justiça Federal;

q) certidão negativa dos setores de distribuição dos foros criminais dos lugares em que tenha residido, nos últimos 08 (oito) anos, da Justiça Estadual;

r) folha de antecedentes da Polícia Federal de onde tenha residido nos últimos 08 (oito) anos, expedida, no máximo, há 06 (seis) meses;

s) folha de antecedentes da Polícia do(s) Estado(s) onde tenha residido nos últimos 08 (oito) anos, expedida, no máximo, há seis meses;

t) certidão negativa da Justiça Militar Federal, inclusive para os candidatos do sexo feminino;

u) certidão negativa da Justiça Militar Estadual ou do Distrito Federal, inclusive para os candidatos do sexo feminino;

w) certidão negativa da Justiça Eleitoral;

v) certidão negativa do Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa do Conselho Nacional de Justiça;

x) certidão negativa do Conselho de Classe ou órgão profissional competente;

y) declaração de que:

I – não tenha contra si decisão condenatória transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado, desde a condenação até o transcurso do prazo de 08 (oito) anos após o cumprimento da pena pelos crimes contra a economia popular, a fé pública, a administração pública e o patrimônio público; contra o patrimônio privado, o sistema financeiro, o mercado de capitais e os previstos na lei que regula a falência; contra o meio ambiente e a saúde pública; eleitorais, para os quais a lei comine pena privativa de liberdade; de abuso de autoridade, nos casos em que houver condenação a perda do cargo ou a inabilitação para o exercício da função pública; de lavagem ou ocultação de bens, direitos e valores; de tráfico de entorpecentes e drogas afins, racismo, tortura, terrorismo e hediondos; de redução à condição análoga a de escravo; contra a vida e a dignidade sexual; praticados por organização criminosa, quadrilha ou bando;

II – não tenha perdido cargo eletivo de governador e de vice-governador do Estado e de prefeito e de vice-prefeito, por infringência a dispositivo da Constituição Estadual ou da Lei Orgânica do Município, nos últimos 08 (oito) anos;

III – não tenha contra si representação julgada procedente pela justiça eleitoral em decisão transitada em julgado, em processo de apuração de abuso de poder econômico ou político nos últimos 08 (oito) anos;

IV – não tenha contra si decretação da suspensão dos direitos políticos, em decisão transitada em julgado ou por órgão judicial colegiado, por ato doloso e de improbidade administrativa que importe lesão ao patrimônio público e enriquecimento ilícito, desde a condenação ou o trânsito em julgado até o transcurso do prazo de 08 (oito) anos após o cumprimento da pena;

V – não tenha sido excluído do exercício da profissão, por decisão sancionatória do órgão profissional competente, em decorrência de infração ético-profissional, pelo prazo de 08 (oito) anos, salvo se o ato houver sido anulado ou suspenso pelo Poder Judiciário;

VI – não tenha sido demitido do serviço público em decorrência de processo administrativo ou judicial, pelo prazo de 08 (oito) anos, contados da decisão, salvo se o ato houver sido suspenso ou anulado pelo Poder Judiciário;

VII – no caso de Magistrado e de membro do Ministério Público, não tenha sido aposentado compulsoriamente por decisão sancionatória, que não tenha perdido o cargo por sentença ou que não tenha pedido exoneração ou aposentadoria voluntária na pendência de processo administrativo disciplinar, pelo prazo de 08 (oito) anos;

VIII – não tenha sido responsável por atos julgados irregulares por decisão definitiva do Tribunal de Contas da União, do Tribunal de Contas de Estado, do Distrito Federal ou de Município, ou ainda, por conselho de contas de Município;

IX – não tenha sido punido, em decisão da qual não caiba recurso administrativo, em processo disciplinar por ato lesivo ao patrimônio público de qualquer esfera de governo;

z) procuração para os candidatos que optem por se fazerem representados por terceiro, com firma devidamente reconhecida em cartório;

aa) comprovação de ter exercido efetivamente a função de jurado, conforme critério e desempate do Edital.

16.4. Não serão aceitos protocolos dos documentos exigidos, nem fotocópias ou xerocópias não autenticadas. Na ausência de autenticação realizada em cartório, as cópias dos documentos deverão ser autenticadas por servidor da Universidade do Estado da Bahia, mediante conferência com a documentação original, durante a realização do procedimento admissional.

16.5. Além dos documentos já mencionados, o candidato deverá apresentar, quando convocado para o procedimento admissional, Atestado de Saúde Ocupacional – ASO, expedido por Médico do Trabalho ou Serviço Médico Especializado em Medicina Ocupacional, o qual atestará a aptidão ou inaptidão do candidato.

16.6 O candidato deverá providenciar, às suas expensas, os exames laboratoriais e complementares necessários.

16.7. Em todos os exames, além do nome completo, deverão constar, obrigatoriamente, o número da carteira de identidade do candidato, bem como assinatura e carimbo do médico responsável contendo o número do CRM, sendo motivo de inautenticidade do exame a inobservância e/ou a omissão do referido número.

16.8. O candidato deverá declarar ao realizar a inscrição, que tem ciência e aceita que, caso aprovado, deverá entregar dentro do prazo definido em Edital de Convocação os documentos comprobatórios dos requisitos exigidos para investidura no cargo sob pena de não ser contratado.

16.9. O candidato que não atender aos requisitos acima mencionados, seja qual for o motivo alegado, perderá o direito à contratação.

16.10. Para contratação serão convocados os candidatos aprovados das 03 (três) listas (ampla concorrência, pessoas com deficiência e candidatos negros), de maneira alternada e proporcional, devendo ser observada a seguinte ordem de convocação:

a) Contratação pelas vagas destinadas à ampla concorrência;

b) Contratação pelas vagas reservadas aos candidatos negros;

c) Contratação pelas vagas reservadas às pessoas com deficiência.

16.10.1. Não havendo candidatos aprovados para as vagas reservadas, as vagas serão preenchidas por candidatos da lista de ampla concorrência, com rigorosa observância da ordem classificatória.

16.11. O candidato contratado que, por qualquer motivo, não assumir as atividades no **Departamento de Ciências Exatas e da Terra, Campus I, da Universidade do Estado da Bahia (UNEB)**, dentro do prazo estabelecido na portaria de convocação, terá o referido ato tornado sem efeito.

16.12. No caso de desistência formal da contratação, prosseguir-se-á a convocação dos demais candidatos habilitados, observada a ordem classificatória, bem como as disposições referentes às listas geral e específicas. 16.13. Somente serão contratados os candidatos que tenham apresentado os documentos relacionados neste Capítulo.

16.14. O candidato contratado fica ciente de que estará sujeito ao regime previdenciário vigente à época de sua posse.

16.15. O candidato não poderá acumular mais de dois cargos, empregos ou funções públicas e, para as hipóteses de acumulação previstas no inciso XVI do Art. 37 da Constituição Federal, não poderá exceder a carga horária total de 60 (sessenta) horas semanais, conforme Portaria Conjunta SAEB/PGE nº 006/2016 de 31/08/2016.

16.16. As Portarias de Convocação para entrega da documentação admissional e para assunção das atividades serão obrigatoriamente publicadas apenas no Diário Oficial do Estado da Bahia.

16.17. A não apresentação de qualquer dos documentos comprobatórios fixados no presente Capítulo, dentro do prazo legal, tornará sem efeito sua convocação.

16.18 Obedecida à rigorosa ordem de classificação e limitada ao número de vagas, os candidatos serão convocados para assinatura do Contrato e designados para o Departamento/Município de lotação/Área de/Componente(s) curricular(es) ao(s) qual(is) concorreram, sem prejuízo de poderem ser designados para lecionar componentes curriculares afins, de acordo com o planejamento e as necessidades do Departamento, nas hipóteses previstas no *caput* do Art. 47 da Lei nº 8.352/2002 e no Parecer da Procuradoria Geral do Estado da Bahia nº PGE-BB-163/2007, observando o respectivo regime de trabalho, a critério exclusivo da Universidade;

16.19 Será promovido um cadastro de reserva, dentre os candidatos classificados e não convocados no Processo Seletivo Simplificado. Estes poderão ser convocados a qualquer momento, visando suprir possíveis necessidades do Departamento para o qual prestou a Seleção.

16.19.1 Caso haja necessidade manifestada por outro Departamento quanto à contratação de candidato classificado e ainda não convocado numa das Áreas de conhecimento/Componente(s) Curricular(es) de que trata este Edital, poderá

haver sua convocação para atuar no Departamento solicitante, oportunidade em que será efetuada a consulta ao candidato interessado, a fim de que haja sua anuência quanto à contratação para unidade de lotação diversa da qual concorreu.

17. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

17.1. Durante o período de validade da Seleção Pública, a Universidade do Estado da Bahia (UNEB) reserva-se o direito de proceder às convocações, em número que atenda ao interesse e às necessidades do serviço, de acordo com a disponibilidade orçamentária observando o número de vagas existentes.

17.2. Todos os cálculos descritos neste Edital serão realizados com 02 (duas) casas decimais, arredondando-se para cima sempre que a terceira casa decimal for maior ou igual a 05 (cinco).

17.3. O acompanhamento das publicações referentes à Seleção Pública é de responsabilidade exclusiva do candidato.

17.4. Não serão prestadas, por qualquer meio que não o Diário Oficial do Estado, informações relativas à situação do candidato na Seleção Pública ou perspectiva de convocação, exceto na hipótese descrita no item 16.9.1.

17.5. Todos os atos relativos a presente Seleção Pública, convocações, avisos, resultados e homologação serão publicados na Imprensa Oficial (Diário Oficial do Estado da Bahia), por meio de ato do Reitor da Universidade do Estado da Bahia.

17.6. Não será fornecido a candidato qualquer documento comprobatório de classificação na Seleção Pública, valendo para esse fim as listagens divulgadas através do Diário Oficial do Estado da Bahia.

17.7. Os itens do Edital poderão sofrer eventuais alterações, atualizações ou acréscimos, enquanto não consumada a providência ou evento que lhes disser respeito, ou até a data da convocação dos candidatos para as provas correspondentes, circunstância que será mencionada em Edital ou Aviso a ser publicado.

17.8. A Universidade do Estado da Bahia (UNEB) não se responsabilizará por eventuais prejuízos causados ao candidato decorrentes de:

- a) endereço (físico ou eletrônico) não atualizado;
- b) endereço físico de difícil acesso;
- c) correspondência devolvida pela Empresa de Correios e Telégrafos – ECT por razões diversas de fornecimento e/ou endereço errado do candidato;
- d) correspondência recebida por terceiros;
- e) e-mail não recebido.

17.9. Em caso de necessidade de alteração, atualização ou correção dos dados de endereço (físico ou eletrônico), após a realização das provas, o candidato deverá solicitar ao **Departamento de Ciências Exatas e da Terra, Campus I, da Universidade do Estado da Bahia (UNEB)**, que informará a requisição do candidato à **Pró-Reitoria de Gestão e Desenvolvimento de Pessoas (PGDP)**.

17.10. Os casos omissos serão resolvidos pelo **Conselho do Departamento de Ciências Exatas e da Terra, Campus I** e, no que couber pela **Pró-Reitoria de Gestão e Desenvolvimento de Pessoas (PGDP)** no que tange à realização desta Seleção Pública.

17.11. As despesas relativas à participação nas etapas e procedimentos da Seleção Pública de que trata este Edital correrão por conta dos próprios candidatos.

17.12. A Universidade do Estado da Bahia (UNEB) não se responsabilizará por quaisquer cursos, textos, apostilas e outros impressos referentes a este Seleção Pública;

17.13 A inscrição do candidato na Seleção Pública implica em conhecimento e aceitação tácita das condições estabelecidas no presente Edital, das quais o candidato não poderá alegar desconhecimento;

17.14 A aprovação na Seleção Pública não assegura ao candidato o direito à contratação, ficando a concretização deste ato condicionada à observância das normas legais pertinentes e à rigorosa ordem de classificação.

GABINETE DA REITORIA DA UNEB, 25 de outubro de 2019.

José Bites de Carvalho
Reitor

ANEXO I
CRONOGRAMA DA SELEÇÃO PÚBLICA

EVENTOS	DATAS
Período de inscrições	04/11/2019 a 14/11/2019
Divulgação dos pontos da Aula Pública	15/11/2019
Período de solicitação de isenção de pagamento do valor da inscrição	04/11/2019 e 05/11/2019
Período de solicitação de condições especiais para realização do certame.	04/11/2019 a 14/11/2019
Divulgação do resultado da solicitação de isenção de pagamento do valor da inscrição deferidos e indeferidos.	07/11/2019
Prazo para interposição de recursos quanto ao resultado das solicitações de isenção de pagamento	08/11/2019 e 11/11/2019
Divulgação do resultado final das solicitações de isenção de pagamento, após análise de recursos	13/11/2019
Homologação das Bancas Examinadoras no Diário Oficial do Estado da Bahia	15/11/2019
Período para geração do boleto bancário de inscrição dos candidatos não contemplados pela isenção	13/11/2019 a 14/11/2019
Divulgação da relação das inscrições efetivadas após o pagamento do boleto bancário	21/11/2019
Divulgação do resultado das solicitações de condições especiais para realização do certame	22/11/2019
Prazo para interposição de recursos quanto ao resultado das solicitações de condições especiais para realização do certame	25/11/2019 e 26/11/2019
Divulgação do resultado final das solicitações de condições especiais para realização do certame	28/11/2019

Divulgação da escala de Entrevistas	29/11/2019
Realização da 1ª Etapa: Entrevista e da 2ª Etapa: Aula Pública	02/12/2019 a 06/12/2019
Publicação no Diário Oficial do Estado da Bahia do Resultado do Resultado Preliminar	17/12/2019
Prazo para interposição de recursos quanto ao Resultado Preliminar	18/12/2019 e 19/12/2019
Divulgação do resultado dos recursos quanto ao Resultado Preliminar	21/12/2019
Publicação no Diário Oficial do Estado da Bahia do Resultado Final e Homologação da Seleção Pública	21/12/2019

ANEXO II
REQUERIMENTO DE NOME SOCIAL

Eu, _____ (nome civil do(a) candidato(a)), inscrito(a) no Seleção Pública para a função temporária de PROFESSOR SUBSTITUTO, portador(a) do RG _____ e do CPF nº _____, solicito a inclusão e uso do meu NOME SOCIAL _____ (indicar o nome social), nos registros referentes a este certame.

_____, ____/____/____.

ASSINATURA DO(A) CANDIDATO(A)